

TRANSPARÊNCIA
(ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

77

EM 100

O Governo do Brasil fornece ao público informações **substanciais** sobre o orçamento.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

71

EM 100

O Governo do Brasil oferece ao público oportunidades **substanciais** de participarem no processo orçamental.

CONTROLO ORÇAMENTAL

80

EM 100

PELO CORPO LEGISLATIVO
O controlo orçamental por parte do corpo legislativo no Brasil é **adequado**.

75

EM 100

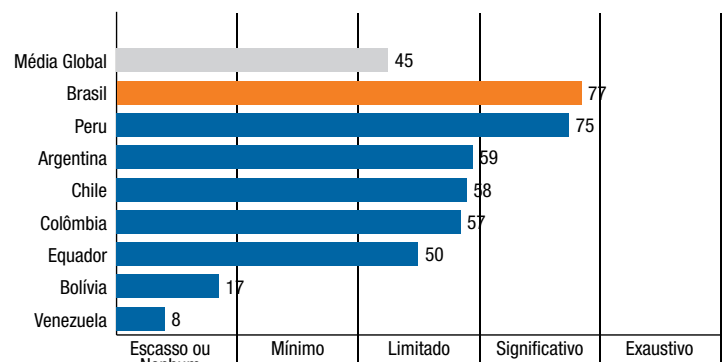
PELO AUDITOR
O controlo orçamental por parte da instituição suprema de auditoria no Brasil é **adequado**.

TRANSPARÊNCIA (ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

Tendo como base critérios internacionalmente aceites desenvolvidos por organizações multilaterais, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto recorre a 109 indicadores para determinar a transparência orçamental. Estes indicadores são utilizados para avaliar se o governo central disponibiliza atempadamente os oito principais documentos orçamentais ao público e se os dados contidos nesses documentos são abrangentes e úteis.

A cada país é dado um resultado até 100, o qual determina a classificação desse país no Índice do Orçamento Aberto, a única medida independente e comparativa de transparência orçamental.

Comparação Regional

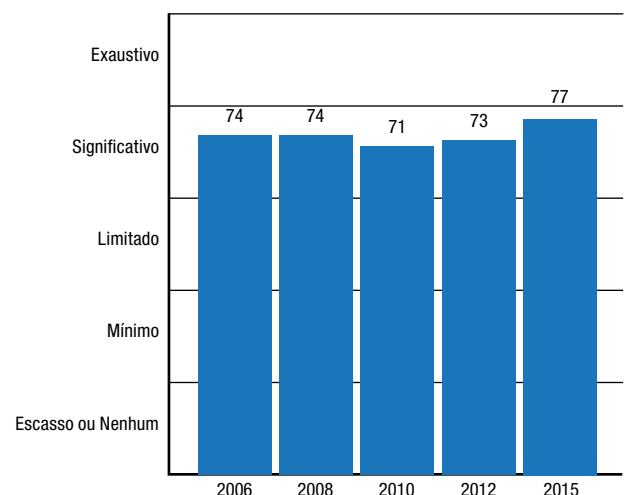


O resultado do Brasil de 77 em 100 é substancialmente mais elevado do que o resultado médio global de 45, sendo o mais elevado da região.

Utilidade da Informação Orçamental ao Longo do Ciclo Orçamental



Alteração na Transparência ao Longo do Tempo



Nota: as seguintes categorias são utilizadas para comunicar a utilidade de cada documento: **Não produzido, Publicado tardiamente, Uso Interno, Escasso, Mínimo, Limitado, Significativo** ou **Exaustivo**.

TRANSPARÊNCIA (ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

A Disponibilidade de Documentos Orçamentais ao Longo do Tempo

Documento	2006	2008	2010	2012	2015
Declaração Pré-orçamental	●	●	●	●	●
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●
Orçamento dos Cidadãos	●	●	●	●	●
Relatórios durante o ano	●	●	●	●	●
Revisão semestral	●	●	●	●	●
Relatório de Fim de Ano	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	●	●	●	●	●

● Não produzido/publicado tardiamente ● Produzido para uso interno ● Publicado

Desde 2012, o Governo do Brasil tem aumentado a disponibilidade da informação orçamental:

- Publicando a revisão semestral.
- Melhorando a abrangência do relatório de fim de ano.

O resultado do Brasil de 77 no Índice do Orçamento Aberto de 2015 é basicamente o mesmo do que o resultado do mesmo país em 2012.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

As provas sugerem que apenas a transparência é insuficiente para melhorar a governação e que a participação pública na orçamentação pode maximizar os resultados positivos associados a uma maior transparência orçamental.

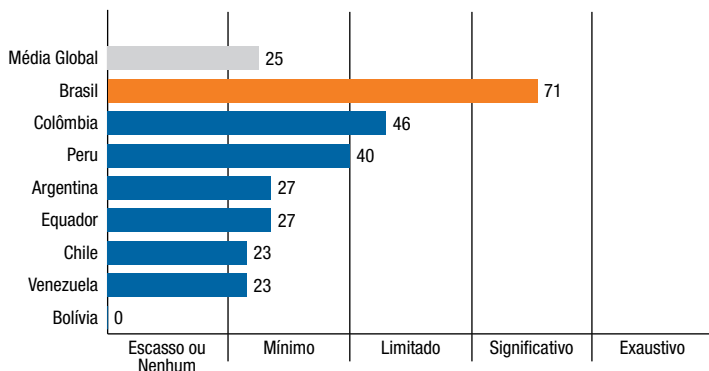
De modo a determinar a participação pública, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto avalia em que medida o governo fornece oportunidades de o público se envolver no processo orçamental. Tais oportunidades devem ser fornecidas ao longo do ciclo orçamental por parte do executivo, do corpo legislativo e da instituição suprema de auditoria.

Elementos de Participação Pública



O resultado do Brasil de 77 em 100 indica que são oferecidas oportunidades **adequadas** ao público para se envolver nos processos orçamentais. Este valor é superior ao resultado médio global de 25.

Comparação Regional



CONTROLO ORÇAMENTAL

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto examina em que medida os corpos legislativos e as instituições supremas de auditoria conseguem oferecer um controlo eficaz do orçamento. Estas instituições desempenham um papel crítico, frequentemente consagrado nas constituições nacionais, em termos de planeamento e supervisão da implementação dos orçamentos.

Fiscalização por parte do Poder legislativo



O corpo legislativo oferece um controlo **adequado** durante a fase de planeamento do ciclo orçamental e um controlo **adequado** durante a fase de implementação do ciclo orçamental. Contudo, tanto em termos legislativos como em termos práticos, o corpo legislativo não é consultado antes de gastar fundos de contingência que não foram identificados no orçamento promulgado.

Fiscalização por parte da Instituição Suprema de Auditoria



A instituição suprema de auditoria oferece um controlo orçamental **adequado**. Ao abrigo da lei, tem poder discricionário total para realizar as auditorias que considere adequadas. Além disso, o chefe da instituição superior de auditoria não pode ser destituído sem aprovação legislativa ou judicial, o que reforça a sua independência. Por fim, são oferecidos recursos suficientes à instituição suprema de auditoria para cumprir a sua missão, embora não tenha implementado um sistema de garantia da qualidade sólido.

RECOMENDAÇÕES

Melhorar a Transparência

O Brasil deve dar prioridade às seguintes acções de modo a melhorar a transparência orçamental:

- Aumentar a abrangência da proposta de orçamento do executivo, através, por exemplo, da apresentação de mais informações sobre a classificação das despesas e das receitas de anos futuros, ou incluindo informações sobre actividades quase fiscais e activos financeiros e não financeiros.
- Aumentar a abrangência da revisão semestral, incluindo, por exemplo, uma explicação das diferenças entre as estimativas de despesas originais e as actualizadas ou apresentando estimativas de despesas por classificação administrativa, funcional e programática.
- Realizar uma actualização oficial do Plano Plurianual (PPA) enquanto principal documento influenciador e orientador do orçamento anual, incluindo a dotação de verbas para programas específicos.
- Respeitar o prazo previsto na lei relativamente ao ciclo orçamental e à publicação de documentos orçamentais.

Melhorar a Participação

O Brasil deve dar prioridade às seguintes acções de modo a melhorar a participação orçamental:

- Dar informações pormenorizadas sobre a forma como as perspectivas públicas foram captadas e consideradas.
- Criar e institucionalizar formas eficazes de participação tanto para o Plano Plurianual como para o Orçamento Anual (não só reuniões informativas e audiências públicas, como também cenários em que a sociedade possa influenciar as decisões sobre prioridades políticas).

Melhorar o Controlo

O Brasil deve dar prioridade às seguintes acções de modo a reforçar o controlo orçamental:

- Tanto em termos legislativos como em termos práticos, garantir que o corpo legislativo seja consultado antes de se gastarem fundos de contingência que não foram identificados no orçamento promulgado.

METODOLOGIA

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto utiliza critérios internacionalmente aceites desenvolvidos por organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização Internacional de Instituições de Auditoria Suprema (INTOSAI). Trata-se de um instrumento de pesquisa baseado em factos que avalia o que ocorre na prática através de fenómenos facilmente observáveis. Todo o processo de pesquisa durou aproximadamente 18 meses entre Março de 2014 e Setembro de 2015 e envolveu cerca de 300 especialistas em 102 países. O Inquérito foi revisto a partir da versão de 2012 de modo a reflectir os desenvolvimentos emergentes das boas práticas aceites e a reforçar as questões individuais. Uma discussão completa destas alterações poderá ser encontrada numa nota técnica sobre a comparabilidade do Índice do Orçamento Aberto ao longo do tempo (vide abaixo).

As respostas do inquérito são habitualmente fundamentadas por citações e comentários. Estas poderão incluir uma referência a um documento público, uma declaração oficial do governo ou comentários de uma entrevista face a face com um representante do governo ou outra parte bem informada.

O Inquérito é compilado a partir de um questionário preenchido por cada país por peritos orçamentais independentes que não estão associados ao governo nacional. O questionário de cada país é depois revisto de forma independente por dois especialistas anónimos que também não têm qualquer associação ao governo. Além disso, a IBP convida os governos nacionais a comentarem os resultados do Inquérito e considera esses comentários antes de finalizar os resultados do Inquérito.

O Governo do Brasil forneceu comentários na redacção dos resultados do Questionário sobre o Orçamento Aberto.

A investigação para concluir o Inquérito sobre o Orçamento Aberto deste país foi realizada por:

Carmela Zigoni e Nathalie Beghin
INESC - Instituto de Estudos Socioeconómicos
Setor Comercial Sul
Brasília, DF, Brasil
inesc@inesc.org.br

Mais Informações

Vá a www.openbudgetsurvey.org para obter mais informações, incluindo:

- O Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015: Relatório Global.
- Conjuntos de dados individuais para cada um dos 102 países inquiridos.
- Uma nota técnica sobre a comparabilidade do Índice do Orçamento Aberto ao longo do tempo.